

## SAÚDE MENTAL NO ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Congresso Online de Integração e Atenção em Saúde, 1ª edição, de 25/08/2021 a 27/08/2021

ISBN dos Anais: 978-65-89908-77-7

**RIBEIRO; Fernanda Boa Morte<sup>1</sup>, BESERRA; Ana Heloisa Nascimento<sup>2</sup>, VILARDO; Fernanda Ostwald Luz<sup>3</sup>, VILARDO; Claudia Ostwald Luz<sup>4</sup>**

### RESUMO

Introdução: O abuso sexual infantil (ASI) compreende diversas formas de violência sexual praticada contra crianças, acarretando inúmeras repercussões que levam a consequências físicas, psicológicas e sociais, não só na infância, mas também na vida adulta. As denúncias e notificações do ato violento representam uma parcela extremamente reduzida da realidade, o que dificulta a mensuração da dimensão real desse problema e suas consequências. Objetivo: Analisar as repercussões negativas do abuso sexual infantil, descritas na literatura, no que tange à saúde mental e a prevalência dos casos ASI notificados na população brasileira. Métodos: Foi realizada uma breve revisão de literatura através de busca em bancos de dados PubMed e Scielo nos últimos quinze anos, através dos descritores: “abuso sexual infantil” e/ou “transtornos psiquiátricos” e/ou “isolamento social”. Resultados: Segundo Platt et al (2021), em 2019 o SINAN registrou 86.837 casos de violências contra crianças e adolescentes, sendo 11% relacionados à violência sexual. Em 2020, devido ao cenário de pandemia, causado pelo COVID-19, tanto a OMS como a Sociedade de Pediatria de São Paulo manifestaram suas preocupações com o aumento “fantasma” dos casos de ASI, ou seja, um aumento não traduzido em notificações pelo fechamento de instituições e redes de apoio das crianças, concomitantemente com aumento da exposição das vítimas aos abusadores em potencial, geralmente, com vínculo próximo como padrasto e parentes (Martins & Jorge, 2010). Recentemente, um grupo indiano (Ghosh et al, 2020) reforçou essa tendência sobre o aumento da violência doméstica e abuso sexual nesse contexto dramático. Da mesma forma, a revisão de Ramaswamy & Seshadri (2020) demonstrou que esses abusos resultam em transtornos mentais a curto e longo prazo. No que tange às consequências e repercussões, o transtorno de estresse pós traumático (TEPT), parece ser um dos mais frequentes (Borges & Dell’Aglio), porém somado a este, outros distúrbios como a depressão, ideais suicidas, ansiedade, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), psicoses, distúrbios alimentares, do sono e do humor somam ao escopo de fardos que são carregados pelas vítimas (D’Elia et al, 2018). Além disso, há também disfunções a níveis neurobiológicos e neuroendócrinos (Pereda & Gallardo-Pujol, 2011), evidenciando que as vítimas podem sofrer marcas permanentes na estrutura anatômica e na função cerebral, o que influencia respostas comportamentais e fisiológicas frente a outros estímulos ao longo de toda a vida. Conclusão: Diante do exposto, é possível concluir que as taxas parecem estar em níveis ainda

<sup>1</sup> Faculdade de Medicina de Petrópolis (FMP), fernandabmribeiro@gmail.com

<sup>2</sup> Faculdade de Medicina de Petrópolis (FMP), anahnbeserra@outlook.com

<sup>3</sup> Faculdade de Medicina de Petrópolis (FMP), fernandavilardo@hotmail.com

<sup>4</sup> Faculdade de Medicina de Petrópolis (FMP), claudiaolvilardo@yahoo.com.br

maiores de subnotificação devido ao contexto pandêmico atual e com isso, se faz necessário refletir sobre ações e políticas de enfrentamento assim, sendo importante se pensar em intervenções terapêuticas e apoio familiar a vítima, assim como formas de visar aumentar os níveis de notificação.

**PALAVRAS-CHAVE:** abuso sexual infantil, transtornos psiquiátricos, isolamento social